

Novos horizontes – análise do grupo “Caxambu do Horizonte”, na perspectiva da memória e pertencimento do patrimônio imaterial brasileiro

New horizons – analysis of the “Caxambu do Horizonte” group, from the perspective of memory and belonging to brazilian immaterial heritage

Nuevos horizontes – análisis del grupo “Caxambu Horizon” desde la perspectiva de la memoria y el patrimonio inmaterial brasileño pertenencia

Jacyara Conceição Rosa Mardgan¹

Resumo: O presente artigo resulta das reflexões iniciadas em 2015, no processo de construção de minha dissertação de mestrado para o Programa de Pós Graduação em Artes pela Universidade Federal do Espírito Santo, que busca perscrutar a tradição cultural do caxambu como patrimônio imaterial brasileiro, a partir da análise de dois grupos, "Caxambu do Horizonte e "Caxambu de Andorinha", localizados na região Sul do estado do Espírito Santo. O foco do texto que aqui se expõe, concentra-se no grupo de Caxambu do Horizonte, localizado no município de Alegre, integrado à região do Alto Caparaó. O grupo de tradição familiar liderado pelo mestre caxambuzeiro Antônio Raimundo da Silva, apresenta uma história marcada por contextos diaspóricos regidos pela desterritorialização e reterritorialização geográfica e simbólica, tendo como elemento demarcador a "Fazenda do Horizonte", antiga residência dos integrantes do grupo e elemento demarcador da origem do caxambu. Utilizando como ponto de partida a "Festa de Santo Antônio", promovida pelo grupo Caxambu do Horizonte no dia 13 de junho de 2015, e a ligação simbólica com a "Fazenda do Horizonte", local de significativa rememoração pelos brincantes, o presente texto tem por objetivo analisar o evento festivo, bem como os relatos dos integrantes do grupo, buscando identificar no diálogo entre o fato atual e as memórias vividas, o papel da tradição do caxambu no grupo Caxambu do Horizonte, entendendo-o como elemento de pertencimento simbólico, cultural, aglutinante e definidor de sua etnicidade. O artigo busca ainda refletir sobre os processos vivenciados pelo grupo na busca por recursos que auxiliem na manutenção de sua prática como estratégia de salvaguarda da tradição. No contexto de relevância do tema, os estudos apontam para a (re)afirmação da memória individual e coletiva, e do sentimento de unidade nas comunidades caxambuzeiras que ganham concretude como patrimônio cultural brasileiro, e se fundamentam em abordagens sobre a formação da identidade e pertencimento no âmbito da territorialidade enquanto expressão da materialidade sociocultural dos grupos de caxambu em sua forma de organização social. Neste sentido, o grupo Caxambu do Horizonte se enquadra em um movimento de consciência, valorização e reconstrução da memória coletiva no âmbito das representações socioculturais, tendo a prática do caxambu como elemento simbólico, de luta e resistência das matrizes da cultura afro-brasileira na região sul do Espírito Santo, onde através da dança, da singularidade do batuque e dos pontos entoados na roda, novos olhares surgem a partir do Horizonte.

Palavras-chave: Jongo/Caxambu. Patrimônio Cultural Imaterial. Salvaguarda.

Abstract: This article results from the reflections begun in 2015, in the process of constructing my master's dissertation for the Graduate Program in Arts by the Federal University of Espírito Santo, which seeks to examine the cultural tradition of caxambu as Brazilian immaterial heritage, from the Analysis the two groups, "Caxambu do Horizonte and" Caxambu de Andorinha ", located in the southern region of the state of Espírito Santo. The focus of the text that is exposed here, is concentrated in the group of Caxambu do Horizonte, located in the municipality of Alegre, integrated to the region of Alto Caparaó. The group of family tradition led by Antônio Raimundo da Silva, a caxambuzeiro master, presents a history marked by diasporic contexts ruled by deterritorialisation and geographic and symbolic reterritorialization, having as its starting point the "Fazenda do Horizonte", former residence of the members

¹ Universidade federal do Espírito Santo

of the group and the demarcating element of the origin of the caxambu. Using as a starting point the "Festa de Santo Antônio", promoted by the Caxambu Horizon group on June 13, 2015, and the symbolic link with the "Fazenda do Horizonte", a place of significant remembrance by the players, this text has For the purpose of analyzing the festive event, as well as the reports of the members of the group, seeking to identify in the dialogue between the current fact and the lived memories, the role of the caxambu tradition in the Caxambu Horizon group, understanding it as an element of symbolic, Cultural, agglutinative and defining of its ethnicity. The article also seeks to reflect on the processes experienced by the group in the search for resources that help in maintaining its practice as a strategy to safeguard tradition. In the context of relevance of the theme, the studies point to the (re) affirmation of individual and collective memory, and the sense of unity in caxambu communities that gain concreteness as Brazilian cultural patrimony, and are based on approaches on the formation of identity and belonging In the scope of territoriality as an expression of the sociocultural materiality of the caxambu groups in their form of social organization. In this sense, the Caxambu Horizon group is part of a movement of awareness, valorization and reconstruction of collective memory within the framework of sociocultural representations, with the practice of caxambu as a symbolic element of struggle and resistance of the matrices of Afro-Brazilian culture in the region South of the Holy Spirit, where through dance, the singularity of the batuque and the points chanted in the roda, new looks emerge from the Horizon.

Keywords: Jongo /Caxambu . Intangible Cultural Patrimony . Safeguard.

Resumen: Este artículo es el resultado de las discusiones iniciadas en 2015 en la construcción de mi tesis de maestría en el Programa de Posgrado en Artes por la Universidad Federal de Espírito Santo, que tiene por objeto examinar la tradición cultural de Caxambu como patrimonio inmaterial de Brasil, desde el análisis de dos grupos, "Caxambu Horizonte y" Swallow Caxambu ", ubicada en el sur del estado de Espírito Santo. El enfoque del texto que se expone aquí, se centra en Caxambu Horizon Group, con sede en el municipio de Alegre, integrado en la región de Alto Caparaó. El grupo tradición familiar dirigido por el maestro caxambuzeiro Antonio Raimundo da Silva, tiene una historia marcada por los contextos de la diáspora que se rigen por el despojo y la recuperación geográfica y simbólica, con la ruta elemento de "Granja Horizonte", antigua residencia de los miembros del grupo y elemento de la ruta CAXAMBU la fuente. Tomando como punto de partida la "Fiesta de San Antonio", promovido por el grupo Horizonte Caxambu el 13 de junio de 2015, y el vínculo simbólico con la "Granja Horizonte", lugar de retiro significativo por juerguistas, este texto tiene para analizar el evento festivo, así como las cuentas de los miembros del grupo, buscando identificar el diálogo entre el presente y el hecho de recuerdos vívidos, el papel de la tradición en el grupo Caxambu Caxambu Horizonte, entendiéndola como elemento perteneciente simbólica, culturales, aglutinante y definidor de su origen étnico. En el artículo también se busca reflexionar sobre los procesos experimentados por el grupo en la búsqueda de recursos para ayudar a mantener su práctica como estrategia de la tradición de salvaguardia. En el contexto de la relevancia del tema, los estudios apuntan a la afirmación (re) de la memoria individual y colectiva, y el sentido de unidad en caxambuzeiras comunidades adquieren concreción como patrimonio cultural brasileño, y se basan en enfoques para la formación de identidad y pertenencia en el contexto de la territorialidad como una expresión de la importancia relativa de los grupos socioculturales Caxambu en forma de organización social. En este sentido, el grupo Horizonte Caxambu encaja en un movimiento de la conciencia, la recuperación y la reconstrucción de la memoria

colectiva en el contexto de las representaciones socio-culturales, y la práctica de Caxambu como elemento simbólico de la lucha y la resistencia de la sede de la cultura afro-brasileña en la región al sur del Espírito Santo, donde a través de la danza, tamborileando los puntos de singularidad y entonadas en la rueda, nuevas perspectivas emergen del horizonte.

Palabras clave: Jongo / Caxambu. Patrimonio cultural inmaterial. Salvaguardar.

1 - INTRODUÇÃO

*“Pai, Filho e Espírito Santo
nas horas de Deus, Amém.
Pai, Filho e Espírito Santo
nas horas de Deus, Amém!”*

Aos sons de batuques e palmas, aproximadamente 400 pessoas entre bairristas, autoridades municipais e convidados, no dia 13 de junho de 2015, se reuniram ao entorno da grande roda de caxambu do Horizonte para homenagear o 87º aniversário do mestre caxambuzeiro Antônio Raimundo da Silva.

A festa que iniciou com uma ladainha em honra a Santo Antônio emanava no ar uma atmosfera saudosista, com grande carga de emoção entre aqueles que ali se divertiam e dançavam, atrás do boi pintadinho, do bate-flexa, da folia de reis e das outras atrações que faziam daquele espaço um local de reavivamento das tradições, tendo como ponto principal a roda de caxambu do grupo “Caxambu do Horizonte”

De tradição familiar, o grupo é guiado pelo mestre Antônio Raimundo da Silva, reconhecido na comunidade como “Pai Antônio”, líder e alicerce cultural do caxambu na região do Caparaó.³ Dos 87 anos de vida, o mestre tem o prazer de relatar que 73 deles foram dedicados ao caxambu. “Desde os 07 anos eu já acompanhava minha mãe pra vê as rodas de caxambu no Alegre, né. [...] eu só pude entrar pra participar quanto tinha 15 anos, e de lá pra cá eu brinco caxambu, e passei pra minha família toda.”⁴ Como mestre dos ensinamentos do caxambu, Pai Antônio, ao zelar pela manutenção do caxambu em sua família, perpetua a história da tradição caxambuzeira entre filhos, sobrinhos, netos, bisnetos e amigos próximos, ampliando a herança cultural herdada no gingar da dança, no batuque do tambor e jogar poético das rimas improvisadas dos pontos do caxambu.

² Jongo cantado na abertura das apresentações do grupo de caxambu do Horizonte, Alegre/ES

³ Compreende a região de divisa entre o estado do Espírito Santo e Minas Gerais, situada no entorno do parque Nacional do Caparaó, onde se localiza o Pico da Bandeira com altitude aproximada de 2.890m. Valorizada por sua beleza natural a região, no lado do Espírito Santo, é compreendida por 11 pequenos municípios: Jerônimo Monteiro, Alegre, Guaçuí, São José do calçado, Dores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Ibitirama, Irupí, Iúna, Muniz Freire e Ibatiba, que preservam paisagens naturais e um rico patrimônio histórico cultural, entre eles a tradição do caxambu.

⁴ Todos os depoimentos apresentados neste artigo são narrativas colhidas em entrevistas cedidas pelos integrantes do grupo de caxambu do Horizonte, realizadas entre junho de 2015 a junho de 2016, para a pesquisa de mestrado do PPGA/UFES. As entrevistas foram realizadas por meio de gravação de áudio, durante encontros na casa do mestre Antônio e na casa de sua sobrinha Zima, juntamente com os integrantes Daú, José Jorge, Ilson, Dinha, Penha e Zinei.

Figura 1 – Mestre Antônio, **Caxambu do Horizonte**, Festa de Santo Antônio 2015, Alegre, ES. 2015 1 fotografia Jacyara Mardgan



Em meio à alegria do momento festejado, algo nos faz refletir: Como esta família de agricultores conseguiu chegar até aqui, mantendo viva a tradição da roda do Caxambu? Quais os desafios enfrentaram no percurso e quais os ainda por vir, para que essa tradição permaneça?

Perguntas como essas, foram realizadas pela pesquisadora Lavínia Raymond⁵ na década de 1940, ao observar uma roda de Jongo/Caxambu em São Luiz do Paraitinga - São Paulo, e ainda permanecem atuais em sua essência. Para responder as indagações apresentadas, ou talvez iniciarmos uma pequena preposição, devemos percorrer a trajetória do reconhecimento do jongo/caxambu como Patrimônio Cultural, identificando o papel da tradição na vida do grupo do Horizonte, que através do auto-reconhecimento, enquanto tradição cultural familiar, busca perpetuar a história do caxambu da dimensão viva e imaterial da cultura, através da reafirmação de seus laços, manutenção de suas memórias e reconfiguração de seus fazeres, adaptando-se ao aqui e ao agora nas discussões que regem a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

Um dos integrantes do grupo de Caxambu do Horizonte José Rubens Soares da Silva, conhecido como Daú, nos dá uma pista sobre a sobrevivência do caxambu em sua família, “O caxambu é união e diversão, é reunião de família, sempre que a gente se reúne fazemos a roda[...] se tem casamento, festa de aniversário, final de semana na casa do pai Antônio, tem caxambu.”⁶

União é a palavra que move a história do grupo de Caxambu do Horizonte. Localizado no distrito de Celina, pertencente ao município de Alegre, o grupo de tradição familiar é formado por aproximadamente 15 integrantes, todos eles de laço de parentesco próximo entre 1ª, 2ª e 3ª geração. Tem na figura do mestre Antônio e de sua esposa Enedina Soares da Silva, conhecida como Dona Fia, suas maiores representações. Considerando-se de ordem

⁵ No trabalho desenvolvido em “Algumas danças populares no Estado de São Paulo”, a autora apresenta uma breve análise sobre o jongo de São Luis do Paraitinga, comparando com o samba e o batuque. O trabalho é fruto da tese de doutorado defendida pela autora na USP, em 1945, sob orientação de Roger Bastide. Sua pesquisa também é citada no livro “Memória do Jongo”, 2007

⁶ Vide nota de referência 4

familiar e cultural, hoje o grupo se afasta dos elementos míticos das religiões de matrizes africanas, que fizeram parte do caxambu no passado, e se aproxima das raízes africanas ao acentuar o uso dos tambores, como os protagonistas da tradição caxambuzeira. Os tambores utilizados pelo grupo, de acordo com relatos orais, são peças centenárias, que trazem em seu couro as marcas de um passado de labuta e alegrias. Deitados no centro da roda, os tambores, conhecidos como *candongueiro* e o *chamador*, são reverenciados como entidades ancestrais e instrumentos de ligação entre o presente e o passado através das memórias revividas. A roda é composta de dançarinos que giram em volta dos tambores e repetem os pontos entoados pelo mestre e pelos jongueiros que se apresentam de maneira intercalada. O grupo se reúne esporadicamente na casa do mestre, em encontros familiares que firmam o sentido de coesão do grupo, e em participações externas quando convidados. Como marco principal o grupo considera a data 13 de junho, como o dia da grande roda, onde se comemora o aniversário do mestre e também a integração da família que perpetua essa tradição e carrega consigo as memórias do Horizonte.

Horizonte”, o termo que nomeia o grupo, se apresenta como elemento constituinte de memória, pois registra o nome da Fazenda com a qual o grupo estabelece uma relação de pertença. Localizada na região conhecida como Caixa D’água, distrito de Rive, no município de Alegre, a “Fazenda do Horizonte” surge como o lugar de origem do caxambu para a família do mestre Antônio, elemento enraizador da tradição cultural na região; Foi nesta fazenda que o mestre registrou seus primeiros passos, em meados dos anos 20.

A fazenda enquanto lugar tradicional se fez repleto de significados, a partir do olhar das famílias que ali residiam, e que se compunham de forma peculiar, em uma demarcação cultural própria. Por se localizar em região rural, distante dos grandes centros urbanos, e dado a dificuldade de transporte, a fazenda durante muito tempo, estabeleceu-se com fronteiras físicas, sociais e étnicas bem definidas. Ao manter viva a característica tradicional do lugar, no modo de vida dos integrantes que ali residiam, sentidos morais, sociais e de tradição comunitária afluíram-se em um estado de pertencimento.

Ao discorrer sobre as questões de “Lugar”, Marc Augé (1994) apresenta os lugares tradicionais como lugares antropológicos:

“Reservamos o termo ‘lugar antropológico’ àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja. (...) Esses lugares têm pelo menos três características comuns. Eles se pretendem (pretendem-nos) identitários, relacionais e históricos. O projeto da casa, as regras de residência, os guardiões da aldeia, os altares, as praças públicas, o recorte das terras correspondem para cada um a um conjunto de possibilidades, prescrições e proibições cujo conteúdo é, ao mesmo tempo, espacial e social. Nascer é nascer num lugar, ser designado à residência.” (Augé 1994, apud MOCELLIM, 2009 p.80)

Ao analisarmos a Fazenda do Horizonte, a partir dos relatos dos familiares do mestre Antônio, do tempo em que residiam na fazenda, é possível reconhecer o que o autor Augé caracteriza como elemento do Lugar Antropológico, seu sentido identitário. O autor observa que as pessoas que nascem ou vivem em um lugar tradicional ou antropológico, tem sua vida demarcada pelo território. Neste sentido, o território é visto em seu caráter cultural, onde priorizando a dimensão simbólica e mais subjetiva, se apresenta “como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.” (HAESBAERT, 2010. P40)

Carregado de sentido simbólico, o espaço é envolto de relações sociais que se interrelacionam, na construção da identidade do grupo, fortalecendo os costumes da

comunidade. E assim, o caxambu foi perpetuado nesse espaço de convivência. Mestre Antônio relata que seu pai, Flausino Raimundo da Silva, veio trabalhar com gado nas terras do Sr. Manuel Cardoso, na época dono da fazenda do Horizonte, junto com os outros colonos vindos de Porciúncula, Cataguases e Muriaé. Estes iniciaram a construção de um rancho, onde Pai Antônio e mais 9 irmãos nasceram, “Quando Pai chego na fazenda, era tudo mata virge”, relata o mestre. Com o passar dos anos os filhos foram crescendo, as famílias se formando e o círculo familiar da comunidade do Horizonte foi se estabelecendo. Relatos apontam que cerca de 20 famílias viviam em harmonia na fazenda do Horizonte. Mestre Antônio relata que na fazenda, remanescentes do tempo do cativo, contavam causos para as crianças e relembavam as cantorias e danças dos escravos, assim nascendo à tradição da roda do caxambu. “Minha falecida mãe Maria Paula da Silva, apreciava uma festança, i levava nós pra vê as roda de caxambu no Alegre... quando não deu mais pra ir vê, ela teve a ideia de faze uma roda no Horizonte, ai nós preparamo os pau na mata, amontamo os tambo e fizemo o caxambu.”⁷

Ao entender o lugar, como um espaço carregado de afetividade, o sentimento de pertença se aflora na interação e na vivência social, demarcando sua existência e perpetuando a construção do espaço simbólico. A partir dos relatos de mestre Antônio sobre a Fazenda do Horizonte é possível considerar que esta, se apresenta como um lugar de memória do grupo de Caxambu do Horizonte.

Rememorando os tempos vividos na Fazenda do Horizonte, o grupo relata que o local se constituía como espaço da tradição cultural afro-brasileiro, com eventos festivos de caráter regional, e que ainda despertam sentimentos na memória ativa dos integrantes do grupo. Este sentimento está diretamente ligado a ideia de tradição na concepção moderna, que se diferencia da concepção folclorista de caráter restritivo e imutável. Hoje a tradição é entendida como a transmissão e resignificação das práticas e valores do passado a partir das transformações que a sociedade presente propõe. Essas transformações resultam na adaptação dos novos tempos, construídas a partir da luta diária entre aceitações e resistências externas e internas, e neste sentido, a tradição assume o papel de estruturação dos grupos, na assimilação das formas como são vistos e como eles próprios vêem o seu patrimônio. (OLIVEIRA, 2009. p04)

Aqui identificamos o conceito de memória coletiva e sua relação espaço-tempo, interlocutora da individual e coletiva de salvaguarda e sobrevivência do grupo a partir da dinâmica da desterritorialização vivenciada pela família, ao transpor o lugar físico da Fazenda do Horizonte, para um lugar simbólico, destituído de espacialidade material.

A DESTERRITORIALIZAÇÃO:

O processo de desterritorialização espacial e simbólico sofrido pela família do mestre Antônio, a partir da venda da “Fazenda do Horizonte”, bem como a dinâmica em que a família caxambuzeira traçou a partir de sua retirada do espaço considerado como elemento simbólico da tradição do caxambu, para a criação de um novo território, é prova de que a riqueza do patrimônio não está apenas no material, mas sim na carga imaterial que aplicamos as coisas tangíveis ou intangíveis.

A retirada da família da fazenda surge inicialmente por questões legais, a partir de um processo de tomada de posse por parte dos herdeiros legais da fazenda, que ao ser inventariada, passou rapidamente a ser loteada e ter suas terras distribuídas entre seus novos proprietários. Assim, os colonos ali existentes, pertencentes a família do mestre Antônio, foram demitidos, se redistribuindo na região desde o município de Jerônimo Monteiro até

⁷ Vide nota de referência 4

o município de Guaçuí. O mestre Antônio, um dos últimos integrantes da família a deixar a fazenda, durante dois anos ficou alojado em uma região próximo a Ibitirama, em um espaço improvisado, por caráter de empréstimo, mas com a ajuda de familiares conseguiu comprar uma posse de terra, localizada no distrito de Celina, município de Alegre, onde hoje reside com sua esposa e neto.

Vivenciando um processo de desterritorialização espacial, geográfica e econômica, a família do mestre Antonio, neste período, imerge em um processo de exclusão socioeconômica. Neste cenário a desterritorialização se apresenta como:

[...] no limite a-territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória [quando lhes é dada como possibilidade], resultado da total falta de (...) alternativas, de flexibilidade”, em “experiências múltiplas” imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana. (HAESBAERT, 2010,P251)

Assim, a família do mestre Antônio ao necessitar de vivenciar o processo de mobilidade espacial devido a venda da Fazenda do Horizonte, em uma dispersão compulsória, ao se reafirmar enquanto grupo cultural, estabelece no caxambu a força vital e cultural do grupo, como forma de “coesão, alta defesa e proteção de uma identidade em um sentido claramente reterritorializador” (HAESBAERT, 2010,P261). Essa reterritorialização que se alicerça na configuração do auto-reconhecimento do caxambu enquanto elemento aglutinador da família de pai Antônio, é o primeiro indício para a configuração de sua manutenção e salvaguarda. Entender a tradição do caxambu como processo de pertencimento social e configuração dos laços familiares é agregar valor identitário ao grupo no qual ele pertence, legitimando seu saber e agregando valor ao patrimônio, não mais como um produto fim, mas como um processo contínuo de existência.

E é exatamente através do movimento de auto-reconhecimento da importância do jongo/caxambu em comunidades jongueiras do Rio de Janeiro, que o reconhecimento institucionalizado dessa tradição, enquanto Patrimônio Cultural brasileiro nasce e se estabelece em nosso país.

1.1 Antecedentes do reconhecimento do Jongo como patrimônio imaterial

No ano de 2005, o “Jongo do Sudeste”, manifestação musical e coreográfica em diálogo com as batidas de tambores, originário das matrizes africanas ligadas aos povos bantu, que no sudeste brasileiro foram utilizados como escravos nas fazendas de café e cana de açúcar, foi reconhecido como um bem cultural tendo o registro de sua história contado no livro das Expressões do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) como Patrimônio Cultural brasileiro. Este reconhecimento se apresenta como resultado de muita luta e resistência.

Na segunda metade da década de 1980, inicia-se no Brasil um período marcado por preocupações sócio-políticas nas esferas da saúde, educação, habitação e cultura, onde propostas identificadas como “ações afirmativas de inclusão social, cultural e de resistência, dentre outras nomenclaturas” passaram a fazer parte das pautas de atuação governamental. Nesse contexto, destacam-se o significativo olhar destinado as expressões culturais de tradição oral, identificadas como cultura tradicional e cultura popular. (IKEDA, 2013 p179) Em 1988, os artigos 215 e 216 da Constituição Federal do Brasil, apresentaram em seu texto, garantias “teóricas” de direitos culturais e dever do Estado, no que tange ao apoio e incentivo a valorização das manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras.

É no bojo dessas discussões que o jongo/caxambu se apresenta. Em uma ação conjunta entre os jongueiros e a Universidade Federal Fluminense que, interessados na preservação da memória cultural afro-brasileira, ao se depararem com a ameaça da manutenção dessa tradição, dado pelo falecimento de mestres jongueiros detentores de toda a história, pelo

preconceito religioso, dificuldades financeiras e de investimentos das comunidades, viu na transmissão do saber guardado nas mãos, no coração e na memória dos poucos mestres jongueiros que ainda resistiam, a chave para o reconhecimento e a luta pela manutenção e preservação do jongo/caxambu como elemento de relevância para a sociedade. Assim, unindo forças, entre comunidade e universidade, em um ato de valorização e auto-reconhecimento da importância dessa tradição, foi realizado o I Encontro de Jongueiros em 1996⁸, marco inicial da luta pelo reconhecimento do jongo/caxambu como Patrimônio Cultural.

A partir de então, iniciou-se um processo de consolidação das discussões a cerca da preservação e salvaguarda do jongo/caxambu, com movimentos como a Redes de Memória do jongo e do caxambu, que dentre outras ações buscava-se levantar as necessidades reais dos territórios jongueiros, bem como, estreitar os laços entre os grupos. Assim, tais ações resultaram na reivindicação, solicitação e aprovação do registro do jongo e caxambu como Patrimônio Cultural, pelo conselho consultivo do IPHAN, em prol da construção de políticas públicas de salvaguarda dessa tradição.

Em dezembro de 2007, foi estabelecida uma parceria entre o Ministério da Cultura, o IPHAN, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, a Federal Fluminense, e as comunidades jongueiras na criação do Pontão de Cultura do jongo/caxambu, estruturado sobre três eixos centrais sendo, articulação e distribuição, capacitação e qualificação, difusão e divulgação de produtos culturais. Na fala da coordenadora do programa Elaine Monteiro, o Pontão de Cultura foi:

[...] Constituído como um campo de investigação sobre a cultura e a identidade negra, sobre a construção de um projeto coletivo de ação de salvaguarda de um bem registrado e, portanto, como importante contribuição no campo da construção de políticas culturais públicas voltadas para comunidades tradicionais. O que este trabalho pretende é apresentar as primeiras reflexões produzidas a partir das ações de articulação e de capacitação das comunidades jongueiras, em especial no campo da ação coletiva, da organização comunitária e da identidade negra.” (MONTEIRO, 2009)⁹

Desta forma, ações do Pontão de Cultura, como oficinas e seminários oportunizaram uma ampliação na rede de contato do jongo, estabelecendo trocas de experiências e saberes entre as comunidades jongueiras, inicialmente do estado do Rio de Janeiro e entorno com algumas poucas representações em São Paulo, Minas e Espírito Santo.

⁸ Diante do falecimento de D^a Sebastiana II, mantedora da tradição do Caxambu no interior Fluminense, os jongueiros de Santo Antônio de Pádua e de Miracema e o Prof. Hélio Machado de Castro (UFF) realizaram no ano de 1996 o I Encontro de Jongueiros em Campelo, distrito de Santo Antônio de Pádua/RJ. O Encontro foi realizado como um projeto de Extensão da Universidade Federal Fluminense e contou apenas com recursos comunitários e pequenas doações. fonte <http://www.pontaojongo.uff.br/ponto-de-memoria>

⁹ Texto escrito por Elaine Monteiro e Mônica Sacramento, respectivamente Coordenadora Geral e Coordenadora Executiva do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu – UFF, apresentado no X Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, em Braga, Portugal, em fevereiro de 2009, fonte <http://www.pontaojongo.uff.br>

Em uma ação de auto-reconhecimento e valoração enquanto agentes produtores de cultura, os jongueiros apoiados a instituições de pesquisa passaram a projetar o fortalecimento da tradição, para além das fronteiras físicas da comunidade. Fazendo valer seus direitos respaldados pela Constituição Federal e reafirmados nos documentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura (UNESCO)¹⁰, estes passaram a reivindicar o reconhecimento e o apoio por parte do Estado, como garantia de espaço nas atividades culturais ora dispensadas apenas a cultura dita de “elite”, assim como melhores condições e direitos sociais para a sobrevivência dos grupos.

A garantia de direitos na área cultural não é uma tarefa fácil, pois equivale a ultrapassar as barreiras do preconceito racial, social, religioso e político, que ainda impera na sociedade brasileira para com as tradições populares de matrizes africanas, uma realidade produzida pela história de desigualdades no país. A herança cultural de matrizes africanas vem tomando corpo e ganhando visibilidade nas esferas públicas através da luta de grupos culturais, do movimento negro e das comunidades tradicionais quilombolas. O jongo/caxambu alia-se a esse panorama e se apresenta como ferramenta de batalha contra a desigualdade social, como um instrumento de luta na manutenção e resistência da cultura afro-brasileira.

2 O JONGO NO ESPÍRITO SANTO

O percurso da valorização do jongo/caxambu no estado do Espírito Santo, região onde o grupo de Caxambu do Horizonte se localiza, segue o mesmo fluxo das discussões aventadas no Pontão de Cultura, pois, a participação da Universidade Federal do Espírito Santo torna-se um divisor de águas no panorama das comunidades tradicionais de matriz africana, que se afiguravam durante muito tempo como elementos invisíveis socialmente e politicamente em todo o estado. Desta forma, ações mediadoras de núcleos de estudos,

¹⁰ A UNESCO em sua 32ª sessão, realizada em Outubro de 2003, aprova o reconhecimento de um conceito mais amplo de Patrimônio Imaterial: “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhe estão associados que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e história, com um sentimento de identidade e continuidade e promovendo o respeito diversidade cultural e da criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, serão levadas em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os requisitos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável... O patrimônio cultural imaterial, se manifesta, nomeadamente, nas seguintes áreas: a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) artes do espetáculo; c) práticas sociais, rituais e eventos festivos; d) conhecimento e práticas em matéria de natureza e do universo; e) o artesanato tradicional. - Traduzido da “Convención para la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial”, Unesco, Paris, 17 de octubre de 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture>. Acesso em: 30 de julho de 2015. O Brasil promulgou a partir do decreto nº 5.735/2006 a execução integral da Convenção da UNESCO.

programas e projetos de extensão¹¹ foram propostas com o objetivo de mapear, investigar e levantar demanda na busca pelo reconhecimento social e a valorização das comunidades tradicionais afro-brasileiras no estado do Espírito Santo, também reconhecidas como territórios jongueiros.

Ações de parceria entre a universidade e as comunidades jongueiras proporcionaram momentos de fortalecimento e reavivamento do jongo e caxambu no estado. Com o desenvolvimento dos programas de extensão e das atividades de oficinas, foi possível a realização de Encontros Estaduais de jongueiros¹², que promoveram uma maior interação entre os grupos, intermediando contatos entre os extremos do estado de norte ao sul, assim como, resultaram na entrega dos certificados de titulação de Patrimônio Cultural Brasileiro pela superintendência regional do IPHAN a todos os 17 mestres jongueiros que estiveram presentes nos encontros.

É válido destacar que, ao iniciar os trabalhos de reconhecimento do jongo/caxambu como patrimônio cultural, o IPHAN juntamente com o Pontão do Jongo, havia identificado apenas um grupo de Jongo/Caxambu na região do Estado do Espírito Santo, e através do trabalho que a universidade – UFES vem desenvolvendo em prol da visibilidade e da inserção social e cultural das comunidades tradicionais de matrizes africanas, o cenário já se mostra completamente alterado, como relata a pesquisadora Aissa Guimarães:

“Atualmente, através do Programa de Extensão “Jongos e Caxambus: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo”, vinte e quatro (24) grupos jongueiros/caxambuzeiros receberam visitas e se tornaram conhecidos no ES por meio do referido Programa. O estado do Espírito Santo é, em toda região sudeste, aquele que abriga o maior número de comunidades jongueiras, embora a maioria delas, assim como uma comunidade em Minas Gerais, na ocasião do registro realizado pelo IPHAN, não havia sido identificada, possivelmente devido à invisibilidade social historicamente estabelecida a esses agrupamentos e a outros fatores que interferem na manutenção desta prática em lugares distintos.” (GUIMARÃES, 2014, p.3)

¹¹ A Universidade Federal do Espírito Santo vem desenvolvendo programas de extensão voltados para o cultura do jongo no estado, tais como os Programas de extensão PROEXT 2011– MEC/UFES “Territórios e territorialidades rurais e urbanas: processos organizativos, memórias e patrimônio cultural afro-brasileiro nas comunidades jongueiras do Espírito Santo” e PROEXT 2012– MEC/UFES “JONGOS E CAXAMBUS: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo”, ambos coordenados pelo antropólogo Osvaldo Martins de Oliveira (PPGCS/DCSO/UFES), e desenvolvidos de forma coletiva e interdisciplinar, com profissionais das áreas de Antropologia/Ciências Sociais, de Artes e de Educação, tendo como foco atividades de extensão etnográfica de 24 agrupamentos jongueiros, com ações de mobilização comunitária e construção de políticas públicas voltadas para a salvaguarda dos grupos de tradição cultural. Os programas possibilitaram a construção de um corredor cultural do jongo, estreitando o contato entre os grupos e permitindo assim uma maior interação de seus integrantes. Em 2016 a universidade lançou o Programa ProEXT 20016-2017, “Jongos e Caxambus: memórias de mestres e patrimônio cultural afro-brasileiro”, coordenado pela professora Dra Aissa Afonso Guimarães (PPGA/UFES). O programa supracitado surge como prerrogativa de mobilização e assessoramento dos grupos de jongos e caxambus das cidades do interior do estado, dando continuidade as demandas dos projetos Proext-UFES iniciados nos anos de 2012 e 2013, vinculados ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFES que iniciaram o processo de resgate, memória e políticas de salvaguarda das comunidades jongueiras como patrimônio imaterial brasileiro.

¹² Foram realizados dois Encontros Estaduais de Jongos e Caxambus no estado no ano de 2012, que contaram com a participação de 17 comunidades jongueiras. Estes eventos constam como marco do movimento de reconhecimento e salvaguarda do Jongo/Caxambu capixaba e contaram com ações de mobilização e fortalecimento das comunitárias, envolvendo atividades de organização oficinas, visitas de campo e coleta de dados. Durante o evento, entre várias ações, os mestres jongueiros redigiram uma Carta de Propostas e reivindicações de políticas públicas para a salvaguarda dos grupos de Jongos e Caxambus do Espírito Santo. (MOURA JUNIOR, 2013)

Assim, o Jongo/Caxambu no Espírito Santo, reverberando a visibilidade proposta pelas ações de valorização e salvaguarda iniciadas pela universidade, assume espaços nunca antes ocupados, adentrando as escolas, comunidades, centros culturais, associações, se fazendo presente em eventos públicos e particulares, ousando ultrapassar os limites de seu território simbólico. Contudo, não podemos dizer que as dificuldades de manutenção e salvaguarda e existência dos grupos acabaram. Estes continuam enfrentando problemas como falta de espaço para realização dos ensaios, transporte para participação em eventos, manutenção de instrumentos, indumentárias, etc., porém, como parte integrante do processo de redemocratização das políticas públicas no âmbito da cultura, as comunidades jongueiras agora não mais caminham só. Com os Encontros Estaduais de jongos e caxambus, grupos de norte a sul encurtaram distâncias, saíram do anonimato, e em conjunto suas vozes e anseios reverberaram, passando a ecoar em uníssono por todo o Brasil.

O grupo caxambu do Horizonte, também fez parte de todo o processo de reconhecimento do jongo e caxambu no estado do Espírito Santo, e esteve presente nas ações do Programa de Extensão “Jongos e Caxambus: Culturas afro-brasileiras no Espírito Santo” proposto pela universidade/UFES, tendo um de seus membros, José Jorge Domingues (Zé Jorge), eleito representante dos grupos de caxambu da região sul do estado, juntamente com a Sra Canuta Caetano, mestre do caxambu Alegria de Viver, da cidade de Cachoeiro de Itapemirim.¹³ Sobre a participação do grupo Caxambu do Horizonte, nas oficinas e encontros estaduais de jongos e caxambus, Rosimar, conhecida como Zima, integrante e uma das articuladoras do grupo relata,

“Todo mundo aqui já ta tendo um pouquinho mais de conhecimento, com essas palestras, esses encontros com outros grupos, a gente ta tendo um pouquinho mais de entendimento até de lei.[...] com os encontro nós podemos ver como os grupos são tudo diferente, e cada um tem a sua importância. Nós somos convidados para apresentar em tudo quanto é lugar. Uma vez nós fomos lá em Regência¹⁴, foi tão legal, nós estávamos sentadas na praça em um banquinho depois da apresentação, porque nós estávamos cansadas, estava eu (Rosimar) a Jose e a Jú, ai veio um rapaz e falou: - Deixa eu tirar uma foto com vocês? Ai rapidinho agente se ajeitou e foi um barato porque agente parecia artista. Ai que nós vamos ver que esse trabalho é importante”¹⁵

Com esse relato, é possível perceber que a partir de ações concretas de participação coletiva e trocas de experiências, oportunizados pelas oficinas e encontros estaduais de jongos e caxambus, os grupos passaram a alargar as possibilidades do fazer, exigindo maior visibilidade no processo cultural, e cobrando do poder público políticas culturais que garantam os direitos básicos da manutenção da tradição, como valorização, reconhecimento do direito de salvaguarda e cidadania.

¹³ Os representantes regionais dos grupos de caxambu, participaram da “II Reunião de Avaliação da salvaguarda de Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil”, organizada e promovida pelo IPHAN, ocorrida em Brasília de 08 a 11/11/2012, onde os mesmos entregaram ao órgão do governo a carta conhecida como “CARTA DE PROPOSTAS DOS GRUPOS DE JONGOS E CAXAMBUS DO ESPÍRITO SANTO PARA A SALVAGUARDA DE SEU PATRIMÔNIO CULTURAL”.(GUIMARAES,2014)

¹⁴ Regência, é um distrito de Linhares, situado próximo a foz do Rio Doce, no norte do estado do Espírito Santo

¹⁵ DOMINGOS, Rosimar Silva. Transcrição 2. [26/03/2016] Entrevistador: Jacyara Conceição Rosa Mardgan – Alegre/ES, 2016. 2 arquivo mp3 (2h20min 03seg)

A SALVAGUARDA, UMA LUTA

No ano de 2000, foi criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI¹⁶, que prevê em suas diretrizes “a promoção da inclusão social e das melhorias das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial” (IPHAN,2000), como ação de salvaguarda, revelando uma significativa modificação na visão história de preservação, não destinando preocupação apenas ao fato cultural em si, como sempre fizera os bens tombados como patrimônio material.

Essa iniciativa propõe um novo olhar sobre a cultura popular, valorizando a tradição familiar e seu saber oral, em geral transmitido nas relações comunitárias, possibilitando acesso dos grupos de tradição cultural a recursos com via de manutenção de suas práticas, através de iniciativas de editais e prêmios destinados a mestres de cultura. E neste sentido, as oficinas coordenadas pelo programa de extensão da UFES, tiveram um papel fundamental no processo de autonomia dos grupos de jongos e caxambus, pois viabilizaram o conhecimento necessário para que estes pudessem participar e requerer acesso às políticas públicas voltadas para grupos de tradição popular. Assim, observamos o relato de Rosinei Domingues (Zinei) do grupo do caxambu do Horizonte,

“Estamos aguardando abrir o edital da Secult em abril, mais precisamos ainda de ajuda para escrever o projeto, pois nós temos uma forma diferente de pensar. Nós fazemos, mas na hora de escrever, é mais difícil. [...] quando nós tentamos fazer uma primeira inscrição sozinha na Secult, nosso primeiro problema foi que nós não tínhamos acervo. As pessoas tirava fotos da gente, mais nós mesmo não tínhamos esse registro. O pai Antônio com 87 anos ele não tinha, mais agente tinha que comprovar e o grupo não tem isso. Ai, perdemos. Agora não, depois das oficina, nós entendemos a importância, e nós fazemos um arquivo, de fotos, DVD, documentos pedindo para participar, os ofícios, porque isso é importante.”¹⁷

Ao observar o relato da integrante Zinei, é possível perceber a preocupação do registro e da documentação do grupo para futuras participações em editais, e neste sentido, acreditamos que as oficinas desempenharam um papel importante, pois possibilitaram aos grupos o conhecimento necessário para buscarem acesso aos recursos de forma emancipada. Assim, constatamos que após a participação do grupo de Caxambu do Horizonte nos encontros e oficinas, pequenas melhorias foram conquistadas como a participação em dois editais, o registro da associação do grupo do Horizonte, além da busca por parcerias com outras instituições, ampliando o acesso a políticas públicas que lhes garantam a conquista de direitos na sociedade, e a salvaguarda da tradição.

Sobre salvaguarda, a pesquisadora Lucia Lippi Oliveira, relata que o Estado tem buscado efetivar ações para um plano de salvaguarda em quatro linhas distintas:

¹⁶ O PNPI foi instituído pelo decreto de lei nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, em que viabiliza a identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio. É um programa de apoio e fomento que busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estaduais e municipais, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura e à pesquisa. Entre as atribuições do PNPI, está a elaboração de indicadores para acompanhamento e avaliação de ações de valorização e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761/> acessado em 30 de junho de 2015

¹⁷ DOMINGOS, Rosiney Silva. Transcrição 2. [26/03/2016] Entrevistador: Jacyara Conceição Rosa Mardgan – Alegre/ES, 2016. 2 arquivo mp3 (2h20min 03seg)

[...] - ações de apoio às condições de transmissão e reprodução; melhoria das condições de produção, circulação, transmissão e manutenção dessas expressões;

- ações de valorização e promoção que procuram consolidar e/ou reforçar sua sustentabilidade;
- ações de defesa de direitos; campo complexo e pouco desenvolvido, já que envolve instrumentos jurídicos destinados ao reconhecimento e ao exercício de direitos coletivos;
- ações de acompanhamento, avaliação e documentação, ou seja, a pesquisa da manifestação, o diagnóstico de avaliação de impactos econômicos, sociais e culturais. A documentação produzida permite o registro e o acompanhamento de suas transformações. [...] (OLIVEIRA 2004, p134-135)

Porém, a pesquisadora observa que na prática nem todas as ações se cumprem verdadeiramente. Em países onde a luta pelos meios materiais de sobrevivência é marcada por tremendas desigualdades econômicas e sociais, a discussão sobre o direito a cultura torna-se segundo plano, e nessa perspectiva o Estado brasileiro ainda esta longe de atingir a marca ideal, principalmente no que tange as ações de direito.

Ao abordar a garantia de preservação do patrimônio imaterial, o pesquisador da UNESP Alberto Ikeda aprofunda ainda mais na essência da salvaguarda e esclarece:

[...] quando falamos em salvaguarda nesse sentido, de salvar, de guardar, de preservar e valorizar expressões e tradições, nós continuamos com o pensamento viciado que o ocidente, "branco", produziu e que continuamos duplicando até hoje. Mais do que salvar as expressões em si, é necessário guardar, ter carinho, guardar as pessoas e as comunidades que são portadoras desses saberes [...]Então, é preciso avançar. E, nesse aspecto, quando falamos em samba, Jongo, Candomblé, Umbanda e todas essas manifestações que reconhecidamente temos como herança de grupos afro-brasileiros, necessitamos lembrar, obrigatoriamente, que isso está ligado diretamente com o negro, com a população excluída da sociedade brasileira até hoje. A realidade é que essa é a população que sempre foi impedida de participar da construção dos destinos do País. Então temos de lembrar, sim, junto com o Jongo e com as outras manifestações mencionadas, dos negros, da exclusão social, da pobreza, da falta de oportunidade de acesso à educação e ao trabalho. Devemos lembrar, ao mesmo tempo, da resistência política destes, da teimosia em dizer: "mesmo que eu não tenha condições, eu vou ser alegre, eu vou rir, eu vou dançar". Precisamos lembrar que isso é um processo de luta política e não somente arte e espetáculo, que colocamos no palco, com luzes e refletores, e que serve para produzirmos CDs, para serem vendidos nas lojas, para acesso das pessoas." (IKEDA, 2004, p.1 apud ALCANTARA 2008, p 69)

Neste sentido, salvaguardar o patrimônio imaterial é antes de tudo salvaguardar os detentores desse patrimônio, aqueles que garantem em sua memória a manutenção viva desse saber por gerações. A Salvaguarda do patrimônio imaterial é entendida como garantias de direitos, que vão desde direitos sociais básicos aos direitos culturais. Esta representa não apenas apoio material, intelectual, físico e financeiro, no sentido de propiciar a sua transmissão e continuidade, mais também melhoria nas condições sociais que garantam sua existência como uma ação de futuro. E neste sentido, o pesquisador Osvaldo Martins, salienta que o verdadeiro patrimônio cultural das comunidades tradicionais "é a herança recebida pelos antepassados e a transmissão para as novas gerações":

Nessa preocupação com o futuro, está a noção de "salvaguarda" do patrimônio cultural, sobretudo entre os integrantes de comunidades que organizam grupos de jongos e caxambus. Concluo afirmando que a consciência étnica dos direitos à diferença cultural e ao território move essas comunidades para projetos políticos que contemplam a transmissão cultural de saberes para as novas gerações, não para que sejam absolutamente novas

nas maneiras de pensar, viver e fazer, mas para que o novo mantenha a memória e finque suas raízes de forma profunda nos territórios do passado, nas tradições e mova a consciência para um futuro melhor. (OLIVEIRA, 2011, p.166)

Como consciência de futuro, cabe aqui observar que preservar não implica em massificar, encubar e engessar as expressões culturais, mais em um processo de hibridização cultural¹⁸, a preservação significa possibilitar que ao contato com o mundo contemporâneo, as raízes da tradição possam dialogar com o presente, para que os jovens, se sentindo partícipes do processo, apropriem-se da tradição e em uma relação de pertencimento possam ressignificá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retornando o tema inicial e elemento propulsor desta pesquisa, a “Festa de Santo Antônio”, promovida pelo grupo de Caxambu do Horizonte, mediante aos termos aqui expostos sobre reconhecimento do caxambu/jongo como patrimônio imaterial brasileiro, bem como o percurso para que este se efetivasse, é possível analisar que, mais do que festejar o aniversário do mestre Antônio, a festa se estabelece como um cenário de luta, reconhecimento e salvaguarda do caxambu como patrimônio imaterial da região. A dinâmica e organização da festa, desde o cartaz informativo até as atrações ali apresentadas, todas tendo como elemento de ligação a tradição popular, surgem da visão emancipadora do grupo de estabelecer estratégias de para sua sobrevivência. Ao observamos a participação da família durante todo o evento, percebemos que as funções são distribuídas e executadas a partir das orientações do mestre e dos líderes do grupo. Toda a família, desde as crianças até os mais velhos participam da festa, comandando as vendas, os leilões, organizando os alimentos a serem vendidos nas barracas, a produção cultural com as atrações convidadas, até que o ponto mais importante se apresente na formação da roda de caxambu. Neste momento todos na festa são convidados a prestarem homenagens ao mestre e sua família que gira na roda de caxambu. A festa se intensifica, quando os integrantes do Caxambu do Horizonte convidam os espectadores a fazerem parte da roda, onde o pequeno círculo se amplia expandindo emoções e alegrias a todos os participantes.

Assim, o evento que inicialmente surgiu na Fazenda do Horizonte, com o objetivo de festejar o aniversário do mestre, reconfigura-se a partir das memórias dos brincantes e da família, ao estabelecer no caxambu o elemento de ligação e união entre seus pares. Hoje a festa celebra não só o mestre, como também a manutenção da história do caxambu na região. A família do mestre Antônio, na premissa de preservação e salvaguarda do caxambu, cria uma nova dinâmica na busca por garantias de recursos e condições de sobrevivência do grupo. Esta se estabelece pela ação da auto-afirmação, autorreconhecimento e reorganização de seu papel enquanto agente de cultura tradicional.

Assim, há de se considerar na construção das políticas públicas de preservação e salvaguarda do jongo/caxambu como Patrimônio Imaterial, a garantia de que as comunidades, assumindo o seu verdadeiro papel de protagonistas da ação cultural, possam atuar de forma autônoma, reconfigurando sua história a partir de seus próprios interesses, memórias e tradições. É fundamental que zelemos pela preservação do mestre Antônio e seus ensinamentos, pois este traz em si, as marcas da memória, os traços da história e a essência do grupo do Horizonte, que ao ser confrontado com os acontecimentos do presente, reconfigura-se a partir de novos horizontes.

¹⁸ Ver Cancline 1988

BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, Renato de. **A tradição da narrativa no Jongo** - RJ: UFRJ / Faculdade de Letras, 2008. Dissertação de Mestrado

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao Acesso em 22 de julho de 2015

BRASIL. **Dossiê Jongo do Sudeste**. Brasília, DF: IPHAN. (2007)

CANCLINE, N. G. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp.1998

CARVALHO, J.J. **Espetacularização e canibalização das culturas populares na América Latina**, Revista Anthropológicas, ano 14, vol.21 (1), p 39-76.(2010)

GUIMARÃES, Aissa A., & Oliveira, O. M. **Jongueiros e Caxambuzeiros no Espírito Santo**. V Seminário Internacional - Políticas Culturais - Fundação Casa Rui Barbosa - Rio de Janeiro. (2014)

IKEDA, A. T. **Culturas populares no presente: fomento, salvaguarda e devoção**. Estudos Avançados nº 27 (79) , 173-190. (2013)

IPHAN. **Plano Nacional de Patrimônio Imaterial**. Acesso em 30 de junho de 2015, disponível em IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br>

JUNIOR, Clair d. C.M. (2013). **Olhares para além do Horizonte**. UFES-ES: 2013. Dissertação de mestrado.

MONTEIRO, Eliane. **Balço Provisório do Processo de patrimonialização no Campo do Patrimônio Imaterial no Brasil: a Experiência do Jongo no Sudeste**. X Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Braga- Portugal: (2009). fonte <http://www.pontaojongo.uff.br> acesso em 19/07/2015.

OLIVEIRA, L. L. **Cultura é Patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV. (2008)

OLIVEIRA, Ovaldo. M. **Comunidades Quilombolas no Estado do Espírito Santo: Conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural**. RURIS - volume 05, nº 02 , 141-171. (2011)

TRIGUEIRO, O. M., **A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmediáticos**. Artigo apresentado no Seminário nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, FEV. de 2005. Brasília - DF. Disponível em www.bocc.ubi.pt acesso em 21 de julho de 2015

UNESCO. **Convención Para La Salvaguardia Del Patrimonio Cultural Inmaterial**. (2003). Acesso em 10 de julho de 2015, disponível em UNESCO: <http://www.unesco.org>